

**EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 14/18 -
REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE
MATERIAL AMBULATORIAL.**

O **MUNICÍPIO DE CANDELÁRIA** torna público, para o conhecimento dos interessados, que realizará Licitação na modalidade de **CONCORRÊNCIA PÚBLICA** do tipo “**MENOR PREÇO**”, tendo por finalidade o **REGISTRO DE PREÇOS** unitários para o **FORNECIMENTO DE MATERIAL AMBULATORIAL** especificados no Item I deste Edital, que será regido pelas normas gerais da Lei nº 8.666/93, pelo Decreto nº 011/03, de 19 de março de 2003, e pelas condições deste Edital.

HORA: 9h

DATA: 07/11/2018

LOCAL: Centro Administrativo, situado na Avenida Pereira Rego, nº 1665, fundos, sala 08 – **DIVISÃO DE LICITAÇÕES**, em Candelária – RS.

Recomenda-se a leitura integral e acurada deste Edital, pois a apresentação de proposta implica aceitação tácita dos seus termos, tendo em vista a decadência do direito de impugnação, não cabendo à licitante alegação de desconhecimento das normas que regem o presente certame e a contratação.

1 - DO OBJETO

1.1 A presente licitação tem por objeto o registro de preços de **MATERIAL AMBULATORIAL** especificados abaixo:

Item	Unidade de medida	Quant. mínima	Quant. máxima	Descrição
1	L	1	10	ÁCIDO ACÉTICO GLACIAL 2% FRASCO DE 01 LITRO.
2	CX	1	30	AGULHA ACUPUNTURA 25/30, CABO ESPIRAL INOX, ESTERILIZADA COM MANDRIL DE PLÁSTICO. CAIXA COM 1000 UNIDADES EMBALADAS EM PACOTES 10 UNIDADES.
3	UN	1	5000	ATADURA DE CREPOM 10 CM COM 13 FIOS, COR NATURAL, FIOS DE ALGODÃO CRU, BORDAS COM ACABAMENTO;
4	UN	1	5000	ATADURA DE CREPOM 15 CM, COM 13 FIOS, COR NATURAL, FIOS DE ALGODÃO CRU, BORDAS COM ACABAMENTO.
5	UN	1	5000	ATADURA DE CREPOM 20 CM COM 13 FIOS, COR NATURAL, FIOS DE ALGODÃO CRU, BORDAS COM ACABAMENTO;
6	UN	1	2000	ATADURA DE CREPOM ELÁSTICA 10 CM COM 13 FIOS (COMPOSIÇÃO: 23% POLIÉSTER, 23%

				ALGODÃO E 54 % POLIAMIDA),.
7	UN	1	2000	ATADURA DE CREPOM ELÁSTICA 15 CM COM 13 FIOS (COMPOSIÇÃO: 23% POLIÉSTER, 23% ALGODÃO E 54 % POLIAMIDA)
8	UN	1	2000	ATADURA DE CREPOM ELÁSTICA 6 CM COM 13 FIOS (COMPOSIÇÃO: 23% POLIÉSTER, 23% ALGODÃO E 54 % POLIAMIDA).
9	UN	1	2000	ATADURA DE CREPOM ELÁSTICA 8 CM COM 13 FIOS (COMPOSIÇÃO: 23% POLIÉSTER, 23% ALGODÃO E 54 % POLIAMIDA).
10	UN	1	2000	ATADURA ELÁSTICA 20CM COM 13 FIOS (COMPOSIÇÃO: 23% POLIÉSTER, 23% ALGODÃO E 54% POLIAMIDA).
11	PCT	1	300	COMPRESSA CIRÚRGICA DE GAZE HIDRÓFILA NÃO ESTÉRIL DE 10 CM X 10 CM FECHADA, 20 CM X 40 CM ABERTA E COM 13 FIOS, PACOTE COM 500 UNIDADES. REGISTRO NA ANVISA
12	UN	1	100	CURATIVO À BASE DE GEL TRANSPARENTE, AMORFO, DE CONSISTÊNCIA COESA, COMPOSTO DE ALGINATO DE CÁLCIO, ESTÉRIL .FRASCO COM 85 GRAMAS.
13	UN	1	100	CURATIVO DE ESPUMA DE POLIURETANO TRIDIMENSIONAL ,COM SISTEMA TRANCA FLUIDO, ESTÉRIL, NÃO ADESIVO, CONTENDO <u>IBUPROFENO</u> COMO COMPONENTE ATIVO. MEMBRANA DE PERMEABILIDADE SELETIVA E BORDAS BISELADA, TAMANHO 15X15 CM.
14	UN	1	100	CURATIVO DE ESPUMA DE POLIURETANO TRIDIMENSIONAL, COM SISTEMA TRANCA FLUIDO, ESTÉRIL, NÃO ADESIVO, CONTENDO <u>IBUPROFENO</u> COMO COMPONENTE ATIVO, MEMBRANA DE PERMEABILIDADE SELETIVA. TAMANHO 10X10 CM.
15	UN	1	100	CURATIVO HIDROPOLIMERO DE ESPUMA DE POLIURETANO ESTÉRIL, COM MEMBRANA SELETIVA, NÃO ADESIVA, BORDAS BISELADAS, ANTIBACTERIANO, IMPREGNADO COM PRATA IÔNICA, SISTEMA TRANCA FLUIDO, TAMANHO 5X8CM PARA CAVIDADE. TAMANHO 5X8CM.
16	L	1	100	DETERGENTE ENZIMÁTICO A BASE DE ENZIMAS (AMILASE, PROTEASE, LIPASE E CARBOIDRASE) PARA OPERAÇÕES DE LIMPEZA E REMOÇÃO DE RESÍDUOS ORGÂNICOS EM INSTRUMENTOS E EQUIPAMENTOS MÉDICOS - HOSPITALARES. REGISTRO NA ANVISA. POSSUIR LAUDO TÉCNICO DE ANÁLISE. EMBALADO EM FRASCO



				PLÁSTICO CONTENDO 1L.
17	CX	1	10	FIO DE SUTURA AGULHADO MONONYLON 3-0, CAIXA COM 24 UNIDADES.
18	CX	1	10	FIO DE SUTURA AGULHADO MONONYLON 4-0, CAIXA COM 24 UNIDADES.
19	CX	1	10	FIO DE SUTURA AGULHADO MONONYLON 5-0, CAIXA COM 24 UNIDADES.
20	CX	1	10	FIO DE SUTURA AGULHADO MONONYLON 6-0, CAIXA COM 24 UNIDADES.
21	CX	1	250	FITA PARA APARELHO DE GLICOSE, CAIXA COM 50 UNIDADES, COMPATÍVEL COM APARELHO ACCU-CHEK ADVANTAGE, ROCHE.
22	CX	1	800	LUVAS DE PROCEDIMENTO EM LÁTEX, TAMANHO M, CAIXA COM 100 UNIDADES.
23	CX	1	800	LUVAS DE PROCEDIMENTO EM LÁTEX, TAMANHO P, CAIXA COM 100 UNIDADES.
24	CX	1	300	LUVAS DE PROCEDIMENTOS EM LÁTEX, TAMANHO G, CAIXA COM 100 UNIDADES..
25	CX	1	800	LUVAS DE PROCEDIMENTO EM LATEX, TAMANHO PP, CAIXA COM 100 UNIDADES
26	UN	1	20	MÁSCARA DE ALTA CONCENTRAÇÃO COM RESERVATÓRIO - ADULTO.
27	UN	1	20	MICRONEBULIZADOR ADULTO PARA AR. MÁSCARA COM ABERTURA PARA EVITAR CONCENTRAÇÃO DE GÁS CARBÔNICO EM SEU INTERIOR; RECIPIENTE COM COPO GRADUADO DE 5 A 15ML; EXTENSÃO TRANSPARENTE E NÃO TÓXICA COM 1,50MTS; CLIQUE DE SEGURANÇA NA VEDAÇÃO DO COPO X TAMPA.
28	CX	1	100	MICRO LANCETA PICADORA DE SANGUE EM AÇO INOX, INJETADO COM POLIETILENO, FITA EM AÇO INOX TRIFACETADA E CAPA PLÁSTICA EM POLIETILENO. LÂMINA AFIADA, DIMENSIONADA PARA COLETA DE QUANTIDADE REQUERIDA PARA EXAMES ESPECÍFICOS - TESTE DO PEZINHO. CAIXA COM 100 UNIDADES REGISTRO NA ANVISA.
29	UN	1	20	MICRONEBULIZADOR INFANTIL PARA AR. MÁSCARA COM ABERTURA PARA EVITAR CONCENTRAÇÃO DE GÁS CARBÔNICO EM SEU INTERIOR; RECIPIENTE COM COPO GRADUADO DE 5 A 15ML; EXTENSÃO TRANSPARENTE E NÃO TÓXICA COM 1,50MTS;



				CLIQUE DE SEGURANÇA NA VEDAÇÃO DO COPO X TAMPA.
30	L	1	10	SOLUÇÃO DE SCHILLER, COMPOSTA POR 5% DE IODO E 10% DE IODETO DE POTÁSSIO EM ÁGUA DESTILADA; FRASCO DE 1 LITRO.
31	CX	1	300	CURATIVO ADESIVO TRANSPARENTE 19X76MM. CAIXA COM NO MÍNIMO 40 UNIDADES.
32	UN	1	500	TESTE RÁPIDO PARA GRAVIDEZ
33	UN	1	20	MÁSCARA DE ALTA CONCENTRAÇÃO COM RESERVATÓRIO - INFANTIL.
34	L	1	10	TINTURA DE BENJOIM, FRASCO DE 01 LT
35	PCT	1	500	SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE 04 X 23 CM PACOTE COM 1000 UNIDADES

1.2. Todos os produtos deverão estar em compatibilidade com as normas técnicas exigíveis.

1.3. Os produtos entregues deverão ter garantia contra defeitos de fabricação, a contar da data de expedição do termo de recebimento definitivo e/ou carimbo de certificação/aceitação do objeto da fatura.

1.4. Todos os itens deverão ter registro na ANVISA e ou INMETRO, exceto o item 35 que está dispensado de registro. As empresas deverão juntar no envelope da proposta o registro extraído do site da ANVISA devidamente identificado com o número do item, ou comprovação do registro no INMETRO.

1.5. As propostas devem ser feitas por item, separadamente, especificando a marca, o valor unitário do produto. A proposta que não cotar a marca do item licitado será automaticamente desclassificada.

1.6. O prazo de duração do registro de preços será de 12 meses a contar da homologação do processo licitatório.

1.7. Os fornecedores que cotarem os itens **3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25 e 32** deverão apresentar amostras nas unidades de medidas e quantidades especificadas no edital, na sua embalagem original ofertada, acompanhada de ficha técnica completa, em até 5 (cinco) dias úteis que antecedem a data de abertura do edital.

1.8. A amostra deverá ser identificada com os seguintes dados: razão social da licitante, n.º da concorrência, n.º do item, marca, fabricante e rótulo, conforme especificações técnicas dos materiais. Os rótulos dos produtos devem estar de acordo com as normativas da ANVISA.

1.9. A amostra deverá ser entregue em caixa fechada, devidamente identificadas conforme subitem 1.8, acompanhada de uma relação constando a licitante e os respectivos itens apresentados, **no Almoxarifado Central**, sito na Rua Lopes Trovão, nº610, Centro – Candelária/RS, CEP 96930-000, em horário de expediente. Telefone:



(51) 3743-8100 Ramal 571, e-mail almoxarifado@candelaria.rs.gov.br, sob responsabilidade do servidor **César Weiss** que dará o recebimento no ato da entrega.

1.10. O Setor técnico Secretaria Municipal da Saúde, analisará as amostras, e expedirá termo de aprovação/reprovação, que será anexado aos autos do processo. Sendo aprovada a(s) amostra(s), a licitante estará apta à concorrência. Caso não seja aprovada a(s) amostra(s), a comissão de licitações desclassificará os respectivos itens.

1.11. A não apresentação das amostras ou apresentação de amostras em desacordo com as exigências deste edital implicará automática desclassificação desses itens.

1.12. A proposta selecionada fica à disposição da Administração que, se e quando desejar adquirir valer-se-á dos preços registrados, tantas vezes quanto desejar (dentro dos limites estabelecidos neste Edital). Portanto, fica ressalvado, desde já, que a Administração não está obrigada a contratar e adquirir os materiais ambulatoriais licitados e registrados.

2 - DAS CONDIÇÕES DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO E DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

2.1. Os interessados em participar da presente concorrência, representados por pessoa credenciada, autorizada à prática de todos os atos e termos do procedimento, deverão apresentar 02 (dois) envelopes distintos (documentos à habilitação e proposta, respectivamente), fechados e indevassáveis, na seguinte forma:

AO MUNICÍPIO DE CANDELÁRIA – RS
EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 14/18
ENVELOPE Nº 01 – DOCUMENTAÇÃO
PROPONENTE – (NOME COMPLETO DA EMPRESA)

AO MUNICÍPIO DE CANDELÁRIA – RS
EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 14/18
ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA
PROPONENTE – (NOME COMPLETO DA EMPRESA)

2.2. A habilitação a presente licitação far-se-á mediante comprovação de capacidade jurídica, regularidade fiscal, qualificação técnica e qualificação econômico-financeira, através de entrega do envelope nº 01, contendo, obrigatoriamente, original ou cópia autenticada da seguinte documentação:

2.2.1. CAPACIDADE JURÍDICA:

- a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e sua última alteração, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais; e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- b) Registro Comercial, no caso de empresa individual;

2.2.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);



- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes no Estado ou do Município, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades e compatível com o objeto da licitação;
- c) Prova de regularidade quanto aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e quanto à Dívida Ativa da União administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN (Certidão Conjunta Negativa);
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal, relativas ao domicílio ou sede do licitante;
- e) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativas ao domicílio ou sede do licitante;
- f) Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- g) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho (CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – Lei nº 12.440/2011).

2.2.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- a) Alvará Sanitário atualizado, emitido por órgão da Vigilância Sanitária de domicílio ou sede do licitante.
- b) Autorização de Funcionamento – AFE do licitante emitido junto a ANVISA, para quem cotar os itens que necessitam de registro na ANVISA.

2.2.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) Certidão negativa de falência, concordata e recuperação judicial, expedida nos últimos 90 dias pelo distribuidor da sede da licitante;

2.2.5. OUTROS DOCUMENTOS:

- a) Declaração sob as penas da lei, expedida pela empresa participante, de que a mesma não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em atendimento ao previsto na Lei nº 9.854/99, regulamentada pelo Decreto nº 4.358/02 e de acordo com a previsão da Constituição Federal em seu artigo 7º, inciso XXXIII;
- b) Declaração sob as penas da lei, expedida pela empresa participante, de que a empresa não foi considerada inidônea para contratar com a administração pública.

OBSERVAÇÕES:

2.3. Os documentos de habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião, por servidor designado ou por publicação em órgão da imprensa oficial.



2.4. Os documentos que não indicarem seu prazo de validade deverão ser expedidos com até 90 dias de antecedência da data designada para o recebimento de documentos e propostas.

2.5. As empresas que pretenderem se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 à 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, deverão apresentar, no envelope de habilitação, declaração, sob as penas da lei, de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, além de todos os documentos previstos neste edital.

2.6. A microempresa e a empresa de pequeno porte, que possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal, previstos no item 2.2.2, alíneas 'a' a 'f', deste edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em cinco dias úteis, a contar da data em que for declarada como vencedora do certame.

2.7. O benefício de que trata o item anterior não eximirá a microempresa e a empresa de pequeno porte, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

2.8. O prazo de que trata o item 2.6 poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido por escrito pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

2.9 A não regularização da documentação, no prazo fixado no item 2.6, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas em Lei, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

2.10. Não poderão participar desta licitação as empresas que, a partir da habilitação, manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato, tenha em seu quadro societário ou, venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidores públicos inclusive, de ocupantes de cargos de direção, de assessoramento e de membros vinculados à Prefeitura Municipal de Candelária/RS.

3 - DA PROPOSTA

3.1. O envelope de nº 2 deverá conter a proposta de preços, digitada em uma via, datada e assinada pela proponente, isenta de emendas, rasuras, ressalvas e/ou entrelinhas que prejudiquem a interpretação da proposta, contendo, necessariamente, além dos elementos mencionados no objeto, as seguintes condições:

3.1.1. Orçamento discriminativo dos bens a serem fornecidos, já incluídas as despesas com encargos fiscais, comerciais e trabalhistas de qualquer espécie, com atendimento integral das especificações e condições de fornecimento constantes dos anexos deste Edital, indicando a cotação do preço unitário correspondente, em moeda nacional, com duas casas decimais após a vírgula;

3.1.2. Os preços serão básicos para a data de recebimento das propostas e abrangerão o que for necessário para o fornecimento completo e satisfatório dos bens correspondentes, desclassificando-se a oferta que estabelecer condição;

3.1.3. Os preços deverão ser cotados com os impostos inclusos;

3.1.4. Quando a proponente informar isenção de imposto, obrigatoriamente, deverá comprovar o benefício, sob pena de suportar o eventual prejuízo decorrente;

3.1.5. Os preços deverão ser cotados na condição e modalidade de transporte “CIF”, considerando que os materiais deverão ser entregues no Almoxarifado Central, situado à Lopes Trovão, nº 610, Bairro Centro, em Candelária, RS.

3.1.6. Todas as propostas deverão indicar a marca do material cotado, item por item;

3.1.7. Registro na ANVISA e ou INMETRO, devidamente identificado de acordo com o número do item, para todos os itens, exceto o item 35.

3.1.8. A proposta deverá ter validade de 60 dias a contar da data de abertura da Concorrência.

3.2. APÓS A APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA, NÃO SERÁ ACATADO QUALQUER PEDIDO DE CANCELAMENTO DE ITEM, SEJA POR MEIO DE E-MAIL, FAX, OU QUALQUER OUTRO MEIO, COM JUSTIFICATIVA QUE HOUVE ERRO DE DIGITAÇÃO.

4 - DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E DESEMPATE

4.1. O julgamento das propostas será realizado em função do **MENOR PREÇO POR ITEM**, classificando-se em primeiro lugar aquela que estiver de acordo com as especificações do Edital e ofertar o menor preço unitário.

4.1.1. As propostas não poderão ultrapassar o valor máximo definido na Planilha de Quantitativo e Custos Unitários (ANEXO III).

4.2. Como critério de desempate, será assegurada preferência de contratação para as microempresas e as empresas de pequeno porte que atenderem ao item 2.5.

4.2.1. Considera-se como empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa e pela empresa de pequeno porte, sejam iguais (empate real) ou superiores em até 10% (dez por cento) à proposta de menor valor (empate ficto).

4.2.2. A situação de empate somente será verificada após ultrapassada a fase recursal da proposta, seja pelo decurso do prazo sem interposição de recurso, ou pelo julgamento definitivo do recurso interposto.

4.3. Ocorrendo o empate, na forma do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A microempresa ou empresa de pequeno porte, detentora da proposta de menor valor, poderá apresentar, no prazo de 02 (dois) dias, nova proposta, por escrito, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

b) Se a microempresa ou empresa de pequeno porte, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais beneficiadas pela Lei Complementar nº 123/06, com alteração dada pela Lei Complementar nº 147/14,



a apresentação de nova proposta, no prazo e na forma prevista na alínea “a” deste item.

c) Se houver duas ou mais microempresas ou empresas de pequeno porte com propostas iguais, será realizado sorteio para estabelecer a ordem e serão convocadas para a apresentação de nova proposta, na forma das alíneas anteriores.

4.4. Se nenhuma microempresa ou empresa de pequeno porte satisfizer as exigências do item 4.2.1 deste edital, será declarado vencedor do certame o licitante detentor da proposta originariamente de menor valor.

4.5. O disposto nos itens 4.2 à 4.4, deste edital, não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

4.6. As demais hipóteses de empate entre duas ou mais empresas, terão como critério de desempate o sorteio, em ato público, com a convocação prévia de todos os licitantes, na forma do art. 45, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

5- DO PAGAMENTO, DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E COMPOSIÇÃO FINANCEIRA

5.1. Os pagamentos serão efetuados à vista, após a entrega dos materiais, através do Banco/Tesouraria, mediante apresentação da nota fiscal que deve conter a modalidade e o número da licitação, bem como os dados bancários atualizados.

5.2. Não haverá reajuste de preços durante a vigência do presente registro de preços.

5.3. Havendo alteração de preços dos materiais cotados, os preços registrados poderão ser atualizados, de conformidade com as modificações ocorridas, conforme dispõe o art. 65, II, “d”, da Lei nº 8.666/93.

5.4. O Fornecedor do registro de preços deverá solicitar a atualização dos preços vigentes formalmente ao Município de Candelária, acompanhado de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: notas fiscais de aquisição dos produtos ou outros documentos comprobatórios, que serão analisados pelo Município.

5.5. A empresa deverá prever em suas propostas as altas e baixas sazonais nos preços dos produtos a serem fornecidos, os dissídios coletivos anuais das categorias profissionais envolvidas na contratação, a inflação do período de fornecimento, e outros fatores que poderão influenciar o custo do produto durante o prazo de vigência do registro de preços, uma vez que estes não estão previstos nas situações do dispositivo legal anteriormente citado.

5.6. Independentemente da solicitação de que trata o item 5.3 a 5.5, a Administração poderá, na vigência do registro, solicitar a redução de preços registrados, garantido a prévia defesa do beneficiário do registro, e de conformidade com os parâmetros de pesquisa de mercado realizada ou quando as alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado nacional e/ou internacional, sendo que o novo preço fixado será válido a partir da assinatura da ata pelas partes interessadas.

5.7. O preço atualizado não poderá ser superior ao praticado no mercado.

6 - DO PRAZO, FORMA, LOCAL DE ENTREGA E FISCALIZAÇÃO



6.1. O objeto contratado deverá ser entregue na Rua Lopes Trovão, nº610, Bairro Centro, Candelária/RS – Almoxarifado Central, de segunda-feira à quinta-feira das 8h às 11h, das 13h30min às 16h e sexta-feira das 8h às 11h.

6.2. Além da entrega no local designado pelo Município, deverá a Contratada também descarregar e armazenar os materiais, comprometendo-se, ainda, integralmente com eventuais danos causados aos mesmos.

6.3. Toda e qualquer entrega fora do local e/ou fora das especificações estabelecidas fará com que a Contratada seja notificada por escrito, a qual ficará obrigada a recolher/substituir os mesmos, o que fará prontamente, ficando entendido que correrá por sua conta e risco tal recolhimento /substituição, sendo aplicadas, se necessário.

6.4. O objeto se estiver de acordo com Edital e seus Anexos, será recebido:

6.4.1. Provisoriamente, no ato da entrega dos materiais, ficando a cargo do Setor de Almoxarifado da Prefeitura Municipal de Candelária – SMS pela fiscalização da contratação, a expedição do Termo de Recebimento Provisório e/ou carimbo de recebimento, face a necessidade de verificação das quantidades e especificações do objeto;

6.4.2. Definitivamente, no prazo máximo de 10 dias após o recebimento provisório, ficando a cargo da fiscalização do Setor de Almoxarifado da Prefeitura Municipal de Candelária – SMS a emissão do Termo de Recebimento Definitivo e/ou aposição do carimbo de certificação / aceitação do objeto na Nota Fiscal / Fatura, bem como a designação da nota fiscal ao Setor de Pagamentos da Prefeitura Municipal.

6.5. A fiscalização por parte do Município e o recebimento provisório ou definitivo, não excluem a responsabilidade civil da Contratada pela correção e/ou substituição do objeto contratual, bem como pelos danos prejuízos ao Município ou a terceiros decorrentes de defeitos de fabricação / desconformidades com as Normas Técnicas exigíveis, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do Contrato.

6.6 Durante a execução do Contrato/Nota de Empenho, a Contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação, prestar as informações solicitadas pelo Município dentro dos prazos estipulados, bem como, não transferir a outrem as obrigações decorrentes da licitação.

6.7. O fiscal das atas será o servidor CÉSAR WEISS representando o Almoxarifado Central.

7 - DO INADIMPLEMENTO E DAS SANÇÕES

7.1. Em caso de INADIMPLEMENTO do contrato, representado pelo descumprimento de quaisquer cláusulas, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções:

7.1.1. Multa equivalente a 5% (cinco por cento) por dia de atraso, limitado esta a 10 (dez) dias de atraso, após o qual será considerado inexecução contratual.

7.1.2. Multa equivalente a 10% (dez por cento) no caso de inexecução parcial do contrato, sobre o valor remanescente, cumulado com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos.



7.1.3. Multa equivalente a 10% (dez por cento) no caso de inexecução total do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos.

7.2. Em caso de discrepância de qualidade e quantidade na entrega dos produtos, em caso de vícios, defeitos ou incorreções dos produtos, o contratado disporá de um prazo de 5 (cinco) dias úteis para proceder as correções ou substituições que se fizerem necessárias, conforme dispõe o art. 69 da Lei nº 8.666/93.

8 - DO PROCEDIMENTO

8.1. No local, dia e horário indicados neste Edital serão recebidos os envelopes de nº 01 (DOCUMENTAÇÃO) e o nº 02 (PROPOSTA DE PREÇOS), entregues por representante autorizado da licitante.

8.2. Após o presidente da Comissão declarar encerrado o prazo para a entrega dos envelopes, nenhum documento será recebido, nem serão permitidos quaisquer adendos ou modificações à documentação e propostas já entregues, salvo quando requisitados pela Comissão, com finalidade meramente elucidativa.

8.3. Os representantes presentes serão identificados e será iniciada a abertura dos envelopes. Aberto os envelopes de nº 01, os documentos neles contidos serão examinados e rubricados pelas licitantes presentes aptos e pela Comissão.

8.4. Serão considerados automaticamente inabilitados os licitantes que não apresentarem a documentação solicitada ou apresentarem com vícios ou defeitos que impossibilitem o seu entendimento ou não atendam, satisfatoriamente, as condições deste Edital.

8.5. Promulgado o resultado final da fase de habilitação, a comissão procederá à abertura dos envelopes de nº 02, em sessão pública previamente designada, que poderá ser a mesma prevista no subitem 8.1, se presentes os prepostos de todas as licitantes e habilitadas ou não, desistirem da faculdade de interposição de recurso, de modo expresso, mediante o registro da circunstância em ata.

8.6. Os envelopes contendo as propostas das participantes inabilitadas serão devolvidos, ainda indevassados, conforme art. 43, inciso II, da Lei nº 8.666/93, diretamente na Divisão de Licitações, sendo que se não forem retirados em 30 dias, serão inutilizados.

8.7. Abertos os envelopes de nº 02, contendo as propostas, estas serão examinadas e rubricadas pelas licitantes presentes e pela Comissão.

8.8. Serão desclassificadas as propostas que apresentarem irregularidade, vícios ou defeitos que impossibilitem o seu entendimento, não atendam as especificações do edital ou contenham preços exorbitantes ou manifestamente inexequíveis, na forma da Lei.

8.9. A Comissão de Licitação reserva-se o direito de realizar, a qualquer momento, por si ou através de assessoria técnica, diligências ou verificações no sentido de aquilatar a consistência dos dados ofertados pelas licitantes, nela compreendida a veracidade de informações e circunstâncias pertinentes.

8.10. Não constituirá causa de inabilitação ou desclassificação a irregularidade formal que evidencie lapso isento de má-fé e não afete o conteúdo ou a idoneidade do documento.

8.11. De cada fase do procedimento será lavrada ata circunstanciada que será assinada pela Comissão de Licitação e, quando for o caso pelas licitantes.



9 - DA PUBLICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

9.1. Concluída a análise das propostas, lavrar-se-á correspondente Ata de Julgamento e Classificação das Propostas, cujo resumo contendo o resultado classificatório será publicado na imprensa oficial e no site do Município para ciência dos interessados e efeitos legais.

9.2. Homologado pelo Prefeito Municipal, o resultado classificatório, os preços registrados serão registrados no Sistema de Registro de Preços do Município, que poderá convocar quando necessário, a celebração das contratações decorrentes, mediante empenho, durante o período de sua vigência e nas condições deste edital.

10 - DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. A existência dos preços registrados não obriga o Município a firmar as contratações que deles poderão advir, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurada preferência ao beneficiário do registro, em igualdade de condições.

10.2. Não será permitida a participação de licitantes sob a forma de consórcio.

10.3. Os documentos necessários para a participação deste certame devem ser apresentados em via original ou cópia autenticada.

10.4. Quando da abertura dos envelopes, somente poderão representar as empresas participantes, os proprietários, sócios responsáveis ou procuradores legais.

10.5. Em nenhuma hipótese serão aceitos quaisquer documentos ou propostas fora do prazo e local estabelecidos neste edital.

10.6. Não serão admitidas por qualquer outro motivo, modificações ou substituições das propostas ou quaisquer outros documentos.

10.7. Só terão direito de usar a palavra, rubricar as propostas, apresentar reclamações ou recursos, assinar atas e contratos, os licitantes ou seus representantes credenciados ou membros da Comissão Julgadora.

Observação: Não serão lançadas em ata consignações que versarem sobre matéria objeto de recurso próprio, como por exemplo, sobre os documentos de habilitação e proposta financeira (art. 109, inciso I, a e b, da lei 8.666/93).

10.8. Uma vez iniciada a abertura dos envelopes relativo a habilitação, não serão admitidos à licitação licitantes retardatários.

10.9. Todas as atas, termo de homologação e resultados relativos ao processo licitatório serão publicados na imprensa oficial para fins de ciência e intimação dos atos, qual seja, o mural do Município ou o site www.candelaria.rs.gov.br de acordo com a Lei nº677 de 26 de setembro de 2011 e alterações.

10.10. Fica reservado ao Prefeito Municipal de Candelária – RS, o direito de anular parcial ou totalmente a presente licitação, em caso de ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

10.11. Fica reservado ao Prefeito Municipal de Candelária – RS, o direito de revogar parcial ou totalmente a presente licitação, a juízo da Administração, caso seja considerada inoportuna ou inconveniente ao interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

10.12. A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no art. 59, § único, da Lei nº 8.666/93.

10.13. A nulidade da licitação induz a nulidade do contrato, ressalvada a hipótese do art. 59, § único, da Lei nº 8.666/93.

10.14. Os contribuintes que se encontram em débito para com a Fazenda Municipal local não poderão dela receber créditos de qualquer natureza, nem participar de licitação pública ou administrativa para o fornecimento de materiais, obras, equipamentos e prestação de serviços aos órgãos da Administração Municipal, direta ou indireta.

10.15. Constituem anexos e fazem parte deste edital:

Anexo I - Modelo declaração de acordo com o inciso V do artigo 27 da lei 8.666/93 acrescido pela Lei nº 9.854/99.

Anexo II - Modelo declaração de idoneidade para licitar.

Anexo III – Planilha de Quantitativos e Custos Unitários.

Anexo IV – Minuta de ata.

10.16. Maiores informações sobre o presente edital podem ser obtidas junto a Divisão de Licitações em dia e horário de expediente, pelo fone (51) 3743-8106 ou pelos e-mails licitacoes@candelaria.rs.gov.br e licitacoes2@candelaria.rs.gov.br. Cópias do edital poderão ser obtidas através do site www.candelaria.rs.gov.br.

Candelária, 01 de outubro de 2018.

PAULO ROBERTO BUTZGE

Prefeito Municipal

DIONATAN TAVARES DA SILVA

Secretário Municipal da Administração

Este Edital de Concorrência Pública nº 14/18 foi revisado em 03 de outubro de 2018, e está de acordo com a legislação, ressalvado quanto ao objeto, uma vez que este exame desborda da análise jurídica.

TANAELA ELLWANGER MULLER

Subprocuradora do Município
OAB/RS Nº 86.371

FRANCIÉLE SCHRÖDER

Procuradora-Geral do Município
OAB/RS Nº 95.508

ANEXO I

DECLARAÇÃO

Ref.: (identificação da licitação)

....., inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade no..... e do CPF no, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em atendimento ao previsto na Lei nº 9.854/99, regulamentada pelo Decreto nº 4.358/02 e de acordo com a previsão da Constituição Federal em seu artigo 7º, inciso XXXIII, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz () .

.....
(data)

.....
(representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)



ANEXO II

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE PARA LICITAR

Ref.: (identificação da licitação)

Declaro, sob as penas da Lei, para fins da(modalidade da licitação) nºque a empresanão foi declarada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV, do artigo 87 da lei 8666/93, bem como que comunicarei qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos documentos da habilitação que venha alterar a atual situação quanto a capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômico-financeira.

.....
(data)

.....
(nome)



ANEXO III

PLANÍLHA DE QUANTITATIVOS E CUSTOS UNITÁRIOS

Item	Unidade	Quant. mínima	Quant. máxima	Descrição	Valor médio
1	L	1	10	ÁCIDO ACÉTICO GLACIAL 2% FRASCO DE 01 LITRO.	R\$ 79,25
2	CX	1	30	AGULHA ACUPUNTURA 25/30, CABO ESPIRAL INOX, ESTERILIZADA COM MANDRIL DE PLÁSTICO. CAIXA COM 1000 UNIDADES EMBALADAS EM PACOTES 10 UNIDADES.	R\$ 181,67
3	UN	1	5000	ATADURA DE CREPOM 10 CM COM 13 FIOS, COR NATURAL, FIOS DE ALGODÃO CRU, BORDAS COM ACABAMENTO;	R\$ 0,76
4	UN	1	5000	ATADURA DE CREPOM 15 CM, COM 13 FIOS, COR NATURAL, FIOS DE ALGODÃO CRU, BORDAS COM ACABAMENTO	R\$ 1,10
5	UN	1	5000	ATADURA DE CREPOM 20 CM COM 13 FIOS, COR NATURAL, FIOS DE ALGODÃO CRU, BORDAS COM ACABAMENTO;	R\$ 1,55
6	UN	1	2000	ATADURA DE CREPOM ELÁSTICA 10 CM COM 13 FIOS (COMPOSIÇÃO: 23% POLIÉSTER, 23% ALGODÃO E 54 % POLIAMIDA),.	R\$ 1,36
7	UN	1	2000	ATADURA DE CREPOM ELÁSTICA 15 CM COM 13 FIOS (COMPOSIÇÃO: 23% POLIÉSTER, 23% ALGODÃO E 54 % POLIAMIDA)	R\$ 1,65
8	UN	1	2000	ATADURA DE CREPOM ELÁSTICA 6 CM COM 13 FIOS (COMPOSIÇÃO: 23% POLIÉSTER, 23% ALGODÃO E 54 % POLIAMIDA).	R\$ 1,42
9	UN	1	2000	ATADURA DE CREPOM ELÁSTICA 8 CM COM 13 FIOS (COMPOSIÇÃO: 23% POLIÉSTER, 23% ALGODÃO E 54 % POLIAMIDA).	R\$ 1,35
10	UN	1	2000	ATADURA ELÁSTICA 20CM COM 13 FIOS (COMPOSIÇÃO: 23% POLIÉSTER, 23% ALGODÃO E 54% POLIAMIDA).	R\$ 1,76



11	PCT	1	300	COMPRESSA CIRÚRGICA DE GAZE HIDRÓFILA NÃO ESTEÉRIL DE 10 CM X 10 CM FECHADA, 20 CM X 40 CM ABERTA E COM 13 FIOS, PACOTE COM 500 UNIDADES. REGISTRO NA ANVISA	R\$ 40,82
12	UN	1	100	CURATIVO À BASE DE GEL TRANSPARENTE, AMORFO, DE CONSISTÊNCIA COESA, COMPOSTO DE ALGINATO DE CÁLCIO, ESTÉRIL .FRASCO COM 85 GRAMAS.	R\$ 25,64
13	UN	1	100	CURATIVO DE ESPUMA DE POLIURETANO TRIDIMENSIONAL ,COM SISTEMA TRANCA FLUIDO, ESTÉRIL, NÃO ADESIVO, CONTENDO <u>IBUPROFENO</u> COMO COMPONENTE ATIVO. MEMBRANA DE PERMEABILIDADE SELETIVA E BORDAS BISELADA, TAMANHO 15X15 CM.	R\$ 103,26
14	UN	1	100	CURATIVO DE ESPUMA DE POLIURETANO TRIDIMENSIONAL, COM SISTEMA TRANCA FLUIDO, ESTÉRIL, NÃO ADESIVO, CONTENDO <u>IBUPROFENO</u> COMO COMPONENTE ATIVO, MEMBRANA DE PERMEABILIDADE SELETIVA. TAMANHO 10X10 CM.	R\$ 58,01
15	UN	1	100	CURATIVO HIDROPOLIMERO DE ESPUMA DE POLIURETANO ESTÉRIL, COM MEMBRANA SELETIVA, NÃO ADESIVA, BORDAS BISELADAS, ANTIBACTERIANO, IMPREGNADO COM PRATA IÔNICA, SISTEMA TRANCA FLUIDO, TAMANHO 5X8CM PARA CAVIDADE. TAMANHO 5X8CM.	R\$ 46,50
16	L	1	100	DETERGENTE ENZIMÁTICO A BASE DE ENZIMAS (AMILASE, PROTEASE, LIPASE E CARBOIDRASE) PARA OPERAÇÕES DE LIMPEZA E REMOÇÃO DE RESÍDUOS ORGÂNICOS EM INSTRUMENTOS E EQUIPAMENTOS MÉDICOS - HOSPITALARES. REGISTRO NA ANVISA. POSSUIR LAUDO TÉCNICO	R\$ 26,74



				DE ANÁLISE. EMBALADO EM FRASCO PLÁSTICO CONTENDO 1L.	
17	CX	1	10	FIO DE SUTURA AGULHADO MONONYLON 3-0, CAIXA COM 24 UNIDADES.	R\$ 41,57
18	CX	1	10	FIO DE SUTURA AGULHADO MONONYLON 4-0, CAIXA COM 24 UNIDADES.	R\$ 42,35
19	CX	1	10	FIO DE SUTURA AGULHADO MONONYLON 5-0, CAIXA COM 24 UNIDADES.	R\$ 42,44
20	CX	1	10	FIO DE SUTURA AGULHADO MONONYLON 6-0, CAIXA COM 24 UNIDADES.	R\$ 39,21
21	CX	1	250	FITA PARA APARELHO DE GLICOSE, CAIXA COM 50 UNIDADES, COMPATÍVEL COM APARELHO ACCU-CHEK ADVANTAGE, ROCHE.	R\$ 53,60
22	CX	1	800	LUVAS DE PROCEDIMENTO EM LÁTEX, TAMANHO M, CAIXA COM 100 UNIDADES.	R\$ 20,90
23	CX	1	800	LUVAS DE PROCEDIMENTO EM LÁTEX, TAMANHO P, CAIXA COM 100 UNIDADES.	R\$ 20,51
24	CX	1	300	LUVAS DE PROCEDIMENTOS EM LÁTEX, TAMANHO G, CAIXA COM 100 UNIDADES..	R\$ 21,26
25	CX	1	800	LUVAS DE PROCEDIMENTO EM LATEX, TAMANHO PP, CAIXA COM 100 UNIDADES	R\$ 20,46
26	UN	1	20	MÁSCARA DE ALTA CONCENTRAÇÃO COM RESERVATÓRIO - ADULTO.	R\$ 19,03
27	UN	1	20	MICRONEBULIZADOR ADULTO PARA AR. MÁSCARA COM ABERTURA PARA EVITAR CONCENTRAÇÃO DE GÁS CARBÔNICO EM SEU INTERIOR; RECIPIENTE COM COPO GRADUADO DE 5 A 15ML; EXTENSÃO TRANSPARENTE E NÃO TÓXICA COM 1,50MTS; CLIQUE DE SEGURANÇA NA VEDAÇÃO DO COPO X TAMPA.	R\$ 9,66



28	CX	1	100	MICRO LANCETA PICADORA DE SANGUE EM AÇO INOX, INJETADO COM POLIETILENO, FITA EM AÇO INOX TRIFACETADA E CAPA PLÁSTICA EM POLIETILENO. LÂMINA AFIADA, DIMENSIONADA PARA COLETA DE QUANTIDADE REQUERIDA PARA EXAMES ESPECÍFICOS - TESTE DO PEZINHO. CAIXA COM 100 UNIDADES REGISTRO NA ANVISA.	R\$ 34,63
29	UN	1	20	MICRONEBULIZADOR INFANTIL PARA AR. MÁSCARA COM ABERTURA PARA EVITAR CONCENTRAÇÃO DE GÁS CARBÔNICO EM SEU INTERIOR; RECIPIENTE COM COPO GRADUADO DE 5 A 15ML; EXTENSÃO TRANSPARENTE E NÃO TÓXICA COM 1,50MTS; CLIQUE DE SEGURANÇA NA VEDAÇÃO DO COPO X TAMPA.	R\$ 10,55
30	L	1	10	SOLUÇÃO DE SCHILLER, COMPOSTA POR 5% DE IODO E 10% DE IODETO DE POTÁSSIO EM ÁGUA DESTILADA; FRASCO DE 1 LITRO.	R\$ 94,31
31	CX	1	300	CURATIVO ADESIVO TRANSPARENTE 19X76MM. CAIXA COM NO MÍNIMO 40 UNIDADES.	R\$ 10,60
32	UN	1	500	TESTE RÁPIDO PARA GRAVIDEZ	R\$ 1,01
33	UN	1	20	MÁSCARA DE ALTA CONCENTRAÇÃO COM RESERVATÓRIO - INFANTIL.	R\$ 17,70
34	L	1	10	TINTURA DE BENJOIM, FRASCO DE 01 LT	R\$ 108,38
35	PCT	1	500	SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE 04 X 23 CM PACOTE COM 1000 UNIDADES	R\$ 8,51



ANEXO IV

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/____(MINUTA)

CONCORRÊNCIA Nº 14/18

Aos ____ dias do mês de ____ de ____, nas dependências da Prefeitura Municipal de Candelária, CNPJ Nº 87.568.911/0001-06, situada na Av. Pereira Rego, 1665, o Prefeito Municipal, nos termos do art. 15 da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, em face da classificação das propostas apresentadas na CONCORRÊNCIA Nº 14/18, para REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAL AMBULATORIAL por deliberação da Comissão de Licitação, homologada em _____ e publicada em imprensa oficial, resolve REGISTRAR OS PREÇOS das empresas com preços mais vantajosos, por item, observadas as condições do Edital que rege a Concorrência, aquela enunciada abaixo e nos itens que se seguem.

Itens ____: (nome da empresa), CNPJ: _____ com sede na _____, representada nesse ato, por seu representante legal, Sr. _____, portador da cédula de identidade RG nº _____ e CPF nº _____;

1 – OBJETO

A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto o registro de preços dos produtos especificados no Edital da CONCORRÊNCIA Nº14/18, que passa a fazer parte dessa Ata, como parte integrante.

2 – VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de preços vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura.

2.1. Nos termos do art. 15 § 4º da Lei nº 8.666/93, e conforme do Decreto nº 011/03, de 19 de março de 2003, esse Município não está obrigado a adquirir exclusivamente por intermédio dessa Ata, durante o seu período de vigência, os produtos cujos preços nela estejam registrados, podendo adotar para tanto uma licitação específica, assegurando-se, todavia, a preferência de fornecimento aos registrados, no caso de igualdade de condições.

3 – CONTRATO

3.1. Para consecução dos fornecimentos dos produtos registrados nessa Ata serão celebradas notas de empenhos específicas com as empresas, conforme disposto nos subitens 5.1 a 5.12.



3.2. Não haverá reajuste de preços durante a vigência da ata.

3.3. Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

4 – PREÇOS

Os preços ofertados pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços constam do “QUADRO VENCEDOR FINAL”, em anexo a essa Ata.

5 – CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E PAGAMENTO

5.1. As solicitações de fornecimento à contratada por parte da Prefeitura serão feitas por escrito, através de notas de empenhos com cópia obrigatória para os fornecedores, que poderá ser entregue diretamente para as contratadas ou encaminhados por meios eletrônicos.

5.2. O(s) objeto(s) contratado(s) deverá(ão) ser entregue(s) no endereço; Rua Lopes Trovão, nº610, Bairro Centro, Candelária/RS – Setor de Almoxarifado; de segunda-feira à quinta-feira das 8h às 11h, das 13h30min às 16h e sexta-feira das 8h às 11h.

5.3. Além da entrega no local designado pelo Município, deverá a Contratada também descarregar e armazenar os materiais, comprometendo-se, ainda, integralmente com eventuais danos causados aos mesmos.

5.4. Toda e qualquer entrega fora do local e/ou fora das especificações estabelecidas fará com que a Contratada seja notificada por escrito, a qual ficará obrigada a recolher/substituir os mesmos, o que fará prontamente, ficando entendido que correrá por sua conta e risco tal recolhimento /substituição, sendo aplicadas, se necessário.

5.5. O objeto se estiver de acordo com Edital e seus Anexos, será recebido:

5.5.1. Provisoriamente, no ato da entrega dos materiais, ficando a cargo do Setor de Almoxarifado da Prefeitura Municipal de Candelária – SMS pela fiscalização da contratação, a expedição do Termo de Recebimento Provisório e/ou carimbo de recebimento, face a necessidade de verificação das quantidades e especificações do objeto;

5.5.2. Definitivamente, no prazo máximo de 10 dias após o recebimento provisório, ficando a cargo da fiscalização do Setor de Almoxarifado da Prefeitura Municipal de Candelária – SMS a emissão do Termo de Recebimento Definitivo e/ou aposição do carimbo de certificação / aceitação do objeto na Nota Fiscal / Fatura, bem como a designação da nota fiscal ao Setor de Pagamentos da Prefeitura Municipal.

5.6. A fiscalização por parte do Município e o recebimento provisório ou definitivo, não excluem a responsabilidade civil da Contratada pela correção e/ou substituição do objeto contratual, bem como pelos danos prejuízos ao Município ou a terceiros decorrentes de defeitos de fabricação / desconformidades com as Normas Técnicas exigíveis, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do Contrato.



5.7. Durante a execução do Contrato/Nota de Empenho, a Contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação, prestar as informações solicitadas pelo Município dentro dos prazos estipulados, bem como, não transferir a outrem as obrigações decorrentes da licitação.

5.8. Dentro do prazo de vigência contratual, o fornecedor está obrigado ao fornecimento do(s) produto(s) desde que obedecidas as condições do edital da Concorrência que precedeu a formalização dessa Ata.

5.9. Os produtos rejeitados, por estarem em desacordo com as especificações ou condições exigidas no contrato, deverão ser retirados nos seguintes prazos:

- a) imediatamente, se a rejeição ocorrer no ato da entrega;
- b) em até 48 horas após a contratada ter sido devidamente notificada, caso a constatação de irregularidade seja posterior à entrega.

5.10. A recusa da contratada em atender à substituição levará à aplicação das sanções previstas por inadimplemento.

5.11. A Prefeitura Municipal promoverá ampla pesquisa no mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os nele praticados, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

5.12. Os pagamentos serão efetuados à vista, após a entrega dos materiais, através do Banco/Tesouraria, mediante apresentação da nota fiscal que deve conter a modalidade e o número da licitação, bem como os dados bancários atualizados.

6 – CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, nas seguintes hipóteses:

- a) quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes dessa Ata de Registro de Preços;
- b) quando o fornecedor não assinar o contrato quando convocado para tal, sem justificativa aceitável;
- c) quando o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado se esse se tornar superior ao praticado no mercado;
- d) quando o fornecedor solicitar o cancelamento por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços por fato superveniente, decorrentes de caso fortuito ou força maior;

6.2. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos nas alíneas “a)” a “d)”, será formalizado em processo próprio e comunicada por correspondência, com aviso de recebimento, assegurado o contraditório e a ampla defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

6.3. No caso de se tornar desconhecido o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação na imprensa oficial, considerando-se, assim, para todos os efeitos, cancelado o preço registrado.

7- PENALIDADES

7.1. Em caso de INADIMPLEMENTO do contrato, representado pelo descumprimento de quaisquer cláusulas, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções:

a) Multa equivalente a 5% (cinco por cento) por dia de atraso, limitado esta a 10 (dez) dias de atraso, após o qual será considerado inexecução contratual.

b) Multa equivalente a 10% (dez por cento) no caso de inexecução parcial do contrato, sobre o valor remanescente, cumulado com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos.

c) Multa equivalente a 10% (dez por cento) no caso de inexecução total do contrato, cumulado com a pena de suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos.

7.2. Em caso de discrepância de qualidade e quantidade na entrega dos produtos, em caso de vícios, defeitos ou incorreções dos produtos, o contratado disporá de um prazo de 5 (cinco) dias úteis para proceder as correções ou substituições que se fizerem necessárias, conforme dispõe o art. 69 da Lei nº 8.666/93.

Observação: As multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do contrato.

8 - FISCALIZAÇÃO

8.1. Cabe a prefeitura proceder à fiscalização rotineira do material recebido, quanto à quantidade, ao atendimento de todas as especificações e horários de entrega.

8.2. Os funcionários do setor de compras estão investidos do direito de recusar, em parte ou totalmente, o material que não satisfaça as especificações estabelecidas ou que esteja sendo entregue fora do horário preestabelecido.

8.3. As irregularidades constatadas deverão ser comunicadas ao fornecedor, no prazo máximo de 48 horas, para que sejam tomadas as providências necessárias para corrigi-las ou, quando for o caso, aplicadas as penalidades previstas.

8.4. O fiscal da ata será o servidor CÉSAR WEISS representando o Almoxarifado Central.

9 – CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR

9.1. Serão considerados casos fortuitos ou de força maior, para efeito de cancelamento da Ata de Registro de Preços ou não-aplicação de sanções, os inadimplementos decorrentes das situações a seguir, quando vierem a atrasar a entrega dos produtos no local onde estiver sendo executado o objeto do contrato:

- a) greve geral;
- b) calamidade pública;
- c) interrupção dos meios de transporte;
- d) condições meteorológicas excepcionalmente prejudiciais; e
- e) outros casos que se enquadrem no parágrafo único do art. 393 do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002).

9.2. Os casos acima enumerados devem ser satisfatoriamente justificados pela contratada.

9.3. Sempre que ocorrerem situações que impliquem caso fortuito ou de força maior, o fato deverá ser comunicado a Prefeitura Municipal, até 24 horas após a ocorrência. Caso não seja cumprido este prazo, o início da ocorrência será considerado como tendo sido 24 horas antes da data de solicitação de enquadramento da ocorrência como caso fortuito ou de força maior.

10 – FORO

Para a resolução de possíveis divergências entre as partes, oriundas da presente Ata, fica eleito o Foro desta Comarca de Candelária.

11 – CÓPIAS

Da presente Ata são extraídas as seguintes cópias:

- a) uma (1) para a Divisão de Licitações;
- b) uma (1) para a empresa registrada;
- c) uma (1), Procuradoria Jurídica;

E, por assim haverem acordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas na presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelo Prefeito, representando a Prefeitura e pelo Sr. _____, CPF nº _____, Carteira de Identidade _____, representando a EMPRESA.

Candelária, em _____ de _____ de 2018.

PAULO ROBERTO BUTZGE
Prefeito Municipal

Representante da Empresa

TESTEMUNHAS:

